

**COMUNICADO**

Em conformidade com a Lei Complementar nº 846, de 04-6-1998

Balanco Patrimonial – Hospital Geral do Grajaú “Professor Liberato John Alphonse Di Dio” - Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês.

**Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês**  
**Unidade Hospital Geral do Grajaú “Professor Liberato John Alphonse Di Dio”**

CNPJ nº 09.538.688/0005-66

Balancos patrimoniais - 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em Reais - R\$)			
	Nota	2023	2022
<b>Ativo circulante</b>			
Caixa e Banco	-	9.461	20.808
Recursos financeiros vinculados à projetos	4	4.831.537	8.593.182
Estoques	5	2.366.797	2.776.491
Créditos diversos	6	2.774.681	672.732
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>9.982.476</b>	<b>12.063.213</b>
<b>Ativo não circulante</b>			
Depósitos judiciais	14	276.280	205.698
Imobilizado	8	11.450.577	12.325.363
Intangível	-	19.634	26.473
Direito de uso	7	1.257.271	518.171
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>13.003.762</b>	<b>13.075.705</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>22.986.238</b>	<b>25.138.918</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em Reais - R\$)			
	(Déficits) acumulados	Superávit do exercício	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>(17.524.364)</b>	<b>2.456.275</b>	<b>(15.068.089)</b>
Incorporação do superávit do ano anterior ao déficit acumulado	2.456.275	(2.456.275)	-
Superávit do exercício	-	5.478.793	5.478.793
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>(15.068.089)</b>	<b>5.478.793</b>	<b>(9.589.296)</b>
Incorporação do superávit do ano anterior ao déficit acumulado	5.478.793	(5.478.793)	-
Superávit do exercício	-	1.906.276	1.906.276
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>(9.589.296)</b>	<b>1.906.276</b>	<b>(7.683.020)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras "carve-out"**  
 (Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1. Contexto operacional: 1.1 Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês ("Instituto"):** O Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês ("Instituto") é uma associação sem fins lucrativos que, nos termos de seu Estatuto Social, tem por objeto "fomentar ou realizar atividades de promoção, proteção e assistência à saúde, sem finalidade lucrativa, através de ações na área médica, de saúde, de pesquisa e ensino (artigo 2º)". Constituído em 14 de abril de 2008, com sede na Rua Peixoto Gomide nº 337, Bela Vista, São Paulo, Estado de São Paulo, devidamente inscrita no Cadastro Nacional Pessoa Jurídica, sob o nº 09.538.688/0001-32. Em 15 de julho de 2008, foi reconhecido pela Secretaria Municipal de Gestão como Organização Social de Saúde no Município de São Paulo e, em 30 de novembro de 2009, como Organização Social de Saúde pela Secretaria Estadual de Gestão Pública. **1.2 Hospital Geral do Grajaú "Professor Liberato John Alphonse Di Dio":** Inscrita no Cadastro Nacional Pessoa Jurídica, sob o nº 09.538.688/0005-66, localizada na Rua Francisco Octávio Pacca, nº 180, Grajaú. Em 01 de dezembro de 2021, foi celebrado um novo contrato de gestão sob nº PROCESSO SES-PRC-2021/33119, que prevê a gestão por 5 anos, com o repasse global estimado em R\$ 828.000.000, com repasses previstos para 2023 de R\$ 174.374.000. **1.3 Plano da Administração para o Hospital Geral do Grajaú:** A unidade Hospital Geral do Grajaú, incorreu em superávit de R\$ 1.906.276 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, reduzindo o patrimônio líquido negativo para R\$ 7.683.020 (R\$ 9.589.296 em 2022). O valor do patrimônio líquido negativo é o menor desde 2012, ano em que o IRSSL assumiu a gestão do Hospital Geral do Grajaú. O passivo circulante excede ao ativo circulante em R\$ 7.900.928. O superávit apresentado ao final do exercício de 2023 ficou acima do previsto sobretudo em função do recebimento de emenda parlamentar destinada para custeio, no valor de R\$ 2,1 milhões. Para o ano de 2024 serão mantidas as metas pactuadas, no entanto, existe a perspectiva de déficit em função da necessidade de utilização dos recursos recebidos para custeio, no final de 2023, cujas despesas se realizarão em 2024. No entanto, a unidade mantém a gestão ativa buscando a melhor utilização dos recursos e o controle de despesas, visando reduzir o impacto do déficit previsto. O Hospital Geral do Grajaú, é certificado pela ONA (nível III) que reconhece padrões de qualidade e segurança do paciente em todas as áreas, além da gestão integrada, demonstrando assim que a unidade apresenta cultura organizacional de melhoria contínua e maturidade administrativa. **1.4 Imunidade Tributária:** O Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês ("Instituto") é uma entidade de saúde, sem fins lucrativos, a qual, nos termos do artigo 150, VI, "c", da Constituição Federal, é imune aos impostos incidentes sobre sua renda, patrimônio e serviços, e imune às contribuições para a seguridade social, nos termos do art. 195, §7º, da Constituição Federal. Nesse sentido, como entidade imune, deve cumprir todas as obrigações acessórias previstas na legislação municipal de ISS, sobretudo quanto à emissão de nota fiscal na prestação de serviços. Independentemente da imunidade tributária do Instituto, não há incidência de ISS no âmbito do contrato de gestão, pois não há caracterização de prestação de serviços ao Poder Público. **2. Apresentação das demonstrações financeiras "carve-out" e principais práticas contábeis adotadas: a. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras "carve-out" da Entidade foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002 (R1)). As demonstrações financeiras "carve-out" que estão sendo apresentadas contemplam apenas os direitos, obrigações e o resultado das operações da filial Hospital Geral do Grajaú "Professor Liberato John Alphonse Di Dio" ("Entidade") gerida pelo Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês ("Instituto") os quais são controlados e operados por meio de centros de custos pela controladoria do Instituto. Dessa forma, não representando, a situação financeira e patrimonial do Instituto como um todo (operações e resultados da sede-matriz, decorrentes das atividades hospitalares, e das filiais, decorrentes da operacionalização da gestão e execução das atividades e dos serviços de saúde dessas Organização Social de Saúde - (OSS). Ressaltamos que no modelo de contratos de gestão de uma OSS, quando existe o término do contrato e não há interesse entre as partes em mantê-lo, o ente público abre processo licitatório para contratação de uma nova entidade privada que passará a gerir o contrato. Dessa forma, os bens, direitos e deveres da OSS são transferidos de uma entidade privada para outra a partir desse momento. O contrato de gestão em questão segue o mesmo pressuposto e, caso o Instituto manifeste interesse em não renová-lo, o mesmo será devolvido ao ente público que buscará outra entidade privada para assumir o contrato de gestão. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão. Para melhor comparabilidade, algumas rubricas e notas explicativas foram reclassificadas, sem alterar o resultado da Entidade e/ou a posição patrimonial. A emissão das demonstrações financeiras "carve-out" do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi aprovada pelo Conselho de Administração do Instituto em 28 de março de 2024. **b. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras "carve-out" são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Instituto. Todas os saldos foram arredondados desconsiderando os centavos, exceto quando indicado de outra forma. **c. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Instituto e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2023 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: Determinação da vida útil do ativo imobilizado (Nota Explicativa nº 3.c (iii)); e Determinação da mensuração de provisões para demandas judiciais (Nota Explicativa nº 14). O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir dessas estimativas. **Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis do Instituto requer a mensuração de valor

Demonstrações Financeiras "Carve-Out" em 31 de dezembro de 2023			
	Nota	2023	2022
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo circulante</b>			
Fornecedores	9	5.866.867	6.671.937
Arrendamento a pagar	10	423.475	232.222
Obrigações trabalhistas	11	9.363.141	13.731.592
Obrigações tributárias de terceiros	12	1.838.234	254.635
Receita Diferida	13	363.312	-
Outras contas a pagar	-	28.375	22.284
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>17.883.404</b>	<b>20.912.670</b>
<b>Passivo não circulante</b>			
Arrendamento a pagar	10	852.293	302.498
Outras contas a pagar	-	295.013	-
Provisão para demandas judiciais	14	1.496.024	4.079.831
Subvenções de investimentos à realizar	15	1.712.748	1.497.768
Subvenção de bens a apropriar - imobilizado/intangível	16	7.339.839	7.935.447
Receita Diferida	13	1.089.937	-
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>12.785.854</b>	<b>13.815.544</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	17		
(Déficits) acumulados		(9.589.296)	(15.068.089)
Superávit do exercício		1.906.276	5.478.793
<b>Total do patrimônio líquido negativo</b>		<b>(7.683.020)</b>	<b>(9.589.296)</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido negativo</b>		<b>22.986.238</b>	<b>25.138.918</b>

Demonstração do resultado			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022			
	Nota	2023	2022
<b>Receitas operacionais</b>			
Recursos dos contratos de gestão			
- Estadual	18	174.374.000	167.278.052
Receitas com doações	19	2.175.736	526.845
Aquisição de Imobilizado com verba de custeio	18	1.396.627	(43.922)
Receita Trabalho Voluntário	17	26.951	37.116
Outras receitas	-	92.178	748.402
		<b>178.065.492</b>	<b>168.546.493</b>
<b>Custos e despesas operacionais</b>			
Custos com pessoal, medicamentos, materiais e serviços médicos	20	(157.110.887)	(144.012.202)
Utilidade pública	21	(3.731.395)	(3.610.425)
Serviços profissionais	22	(11.167.568)	(10.001.979)
Contingências	14	(99.387)	(935.214)
Depreciações e amortização	-	(2.017.580)	(1.856.456)
Receita Trabalho Voluntário	17	(26.951)	(37.116)
Outras despesas operacionais	23	(3.580.714)	(4.070.635)
		<b>(177.734.481)</b>	<b>(164.524.027)</b>
<b>Superávit operacional antes do resultado financeiro</b>		<b>331.011</b>	<b>4.022.466</b>
Despesas financeiras	24	(81.471)	(71.115)
Receitas financeiras	24	1.656.736	1.527.442
Resultado financeiro	24	1.575.265	1.456.327
<b>Superávit do exercício</b>		<b>1.906.276</b>	<b>5.478.793</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do resultado abrangente			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022			
	2023	2022	
<b>Superávit do exercício</b>	1.906.276	5.478.793	
Outros resultados abrangentes	-	-	
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>1.906.276</b>	<b>5.478.793</b>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**Demonstração dos fluxos de caixa**  
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

	2023	2022
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Superávit do exercício</b>	<b>1.906.276</b>	<b>5.478.793</b>
<b>Ajustes por:</b>		
Provisão/Reversão para contingências	88.581	935.214
Depreciação	1.743.089	1.890.379
Amortização	274.491	29.902
Juros de Arrendamento	24.027	23.188
Valor residual do ativo imobilizado baixado	20.565	(23.873)
Valor residual do intangível baixado	3.574	-
Receita de aplicações financeiras	(1.656.091)	(1.506.599)
<b>Varição de ativos e passivos operacionais (Aumento) redução dos ativos</b>	<b>(4.246.910)</b>	<b>8.306.342</b>
<b>Estoque</b>	409.694	(579.766)
<b>Créditos diversos</b>	(2.101.949)	(178.238)
<b>Depósitos judiciais</b>	(70.582)	10.156
<b>Aumento (redução) dos passivos</b>		
Fornecedores	(805.070)	442.789
Obrigações trabalhistas	(4.368.451)	1.413.233
Obrigações tributárias	1.583.599	46.829
Outras contas a pagar	6.091	(371.412)
Subvenções de investimentos à realizar	214.980	800.766
Subvenções de bens a apropriar - imobilizado/intangível	(595.608)	2.752.556
Contingências pagas	(2.377.375)	(2.857.575)
Receita diferida	1.453.249	-
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>(4.246.910)</b>	<b>8.306.342</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
Recursos financeiros vinculados a projetos	5.417.736	(3.979.233)
Adições no Intangível	(7.500)	-
Adições no imobilizado	(888.868)	(4.102.885)
<b>Caixa líquido (utilizado nas) atividades de investimento</b>	<b>4.521.368</b>	<b>(8.082.118)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Pagamento de arrendamento	(261.778)	(223.870)
Pagamento de juros sobre arrendamento	(24.027)	(24.089)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos</b>	<b>(285.805)</b>	<b>(247.959)</b>
<b>Varição de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(11.347)</b>	<b>(23.736)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	20.808	44.544
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	9.461	20.808
<b>Varição de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(11.347)</b>	<b>(23.736)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

justo, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. Questões significativas de avaliação são reportadas para a Administração do Instituto. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Instituto usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros do Instituto está classificado como Nível 2. O Instituto reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas: Nota explicativa 25 - Instrumentos financeiros. **d. Base de preparação das demonstrações contábeis:** As demonstrações financeiras "carve-out" foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados e atualizados pelo valor justo por meio do resultado. **3. Principais práticas contábeis: a. Recursos vinculados a projetos:** Recursos vinculados a projetos representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados em projetos para fazer frente as obrigações do contrato de gestão. Dessa forma a Entidade não apresenta em seu balanço patrimonial a rubrica de caixa e equivalentes de caixa, consequentemente não há variação a ser apresentada na demonstração do fluxo de caixa associada a esse tema. **b. Estoques:** Os estoques estão relacionados, principalmente, a materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados junto aos pacientes atendidos no ambulatório. O custo dos estoques, baseado no princípio do custo médio, sendo avaliado com base no custo histórico de aquisição e acréscido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado. Periodicamente o estoque é reavaliado e se necessário, provisionado a resultado, itens identificados como obsoletos ou vencidos. Em 2023 e 2022 não foram identificados itens elegíveis a provisão. **c. Imobilizado: (i) Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando necessárias. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pelo próprio Instituto inclui o custo de materiais e mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração. Um item de imobilizado é baixado quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. **(ii) Custos subseqüentes:** Custos subseqüentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Instituto. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **(iii) Depreciação:** A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado para o exercício corrente são as seguintes:

Anos	
Instalações	10
Móveis e utensílios	10
Máquinas e equipamentos médicos	10
Máquinas e equipamentos em geral	10
Hardware	5
Veículos	5

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revisados a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado como mudança de estimativas contábeis. Não houve evidências sobre a necessidade de alteração da expectativa de vida útil econômica dos ativos em relação ao ano anterior. **d. Redução ao valor recuperável:** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. **e. Obrigações trabalhistas:** Contempla as provisões trabalhistas decorrentes de férias e encargos, constituídas com base na remuneração de cada funcionário e no período aquisitivo incorrido até a data do balanço. **f. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Os ativos circulantes e não circulantes são apresentados pelo seu custo de aquisição ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço. Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço. **g. Provisão para demandas judiciais:** O Instituto é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas

com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Conforme Decreto nº 64.056, de 28 de dezembro de 2018 artigo 5º, inciso § 3º e § 4º quando da inexistência de reserva técnica ou recurso financeiro para cobertura de contingências caberá ao órgão contratante viabilizar capital necessário para cumprimento das obrigações. **h. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** O Instituto não pratica transações significativas de compras a prazo com valores pré-fixados. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações estão mensurados nas datas de encerramento dos exercícios por valores próximos aos respectivos valores presentes. **i. Subvenções governamentais:** Os valores recebidos e empregados dos Contratos de Gestão firmados com a Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo ("SES") e contratos de convênio firmados com o Governo, são registrados em conformidade com o CPC 07 (R1) Subvenção e Assistência Governamental, da seguinte forma: **Subvenção para custeio** - Reconhecida como receita do exercício para fazer fase às despesas incorridas. **Subvenção para investimentos** - relacionada a ativos, incluindo aqueles ativos não monetários mensurados ao valor justo, deve ser apresentada no balanço patrimonial em conta de passivo, como receita diferida, enquanto apenas recebido registrados na rubrica "Subvenções de investimentos a realizar", após a aquisição do ativo, o montante é reclassificado para a rubrica "Subvenções de bens a apropriar - imobilizado", sendo reconhecidas como receita do exercício, ao longo do período de vida útil dos bens adquiridos. Adicionalmente o bem adquirido é contabilizado como imobilizado e depreciado pela vida útil estimada. **j. Apuração do resultado do exercício:** As receitas, os custos e as despesas das operações são reconhecidos em conformidade com o regime contábil de competência. Os repasses dos contratos de gestão/convênios são efetuados pelo ente público geralmente no início do mês à competência. **k. Receitas com trabalhos voluntários:** As receitas com trabalhos voluntários são mensuradas ao seu valor justo, levando-se em consideração os montantes que o Instituto teria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o Instituto registrou receitas e despesas relacionadas aos trabalhos voluntários, apesar de não ter efeito relevante nas demonstrações financeiras "carve-out". **l. Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração inicial:** Os recursos a receber de projetos de contratos de gestão e convênios são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Instituto se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um conta a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um conta a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **(i) Classificação e mensuração subsequente:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao Valor

continua →

*continuação		Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras "carve-out" do Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês			
Unidade Hospital Geral do Grajaú "Professor Liberato John Alphonse Di Dio" (Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)					
Justo através do Resultado (VJR). Nos exercícios de 2023 e 2022 o Instituto não possuía nenhuns instrumentos financeiro classificado como VJORA - instrumento de dívida ou VJORA - instrumento patrimonial. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Instituto mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. <b>Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado (VJR):</b> Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. <b>Custo amortizado:</b> Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais (quando houver) e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Os recebíveis abrangem o caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores imobiliários, contas a receber e outras créditos. <b>Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:</b> Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao VJR caso for classificado como mantido para negociação. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. (ii) <b>Desreconhecimento:</b> O Instituto desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Instituto transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Instituto nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. O Instituto desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Instituto também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. (iii) <b>Compensação:</b> Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Instituto tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. <b>m. Arrendamentos:</b> O Instituto reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. Em 2023, possuíamos ativos de direitos de uso e passivos de arrendamento dentro do escopo da norma CPC06 (R2). <b>n. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023:</b> Não foram identificadas alterações que são válidas para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2023 ou após essa data que gerem impactos significativos nas atualizações das normas abaixo, de forma que não foram aplicadas em 2023 nas demonstrações financeiras: As alterações para 2023 foram CPC 50, CPC 23, CPC 26 (R1) e CPC 32, abaixo destacamos apenas as alterações aplicáveis para a Entidade: • Definição de Estimativas Contábeis (alterações ao CPC 23): As alterações esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis. • Divulgação das políticas contábeis por materialidade (alterações ao CPC 26 (R1)): As alterações visam ajudar as entidades a fornecerem divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis "significativas" por um requisito para divulgar suas políticas contábeis "materiais" e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis. A Entidade decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. <b>o. Novas normas emitidas, mas ainda não vigentes:</b> As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Entidade, estão descritas a seguir. A Entidade pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras: Alterações ao CPC 06: Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento): Requer especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantidade do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém. Esta alteração é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2024 e não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras. Alterações ao CPC 26 (R1)/IAS 1 - Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante: Requer especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que se entende por direito de adiar a liquidação. • Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras. • Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar. • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação. Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de covenants futuros dentro de doze meses. Esta alteração é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2024 e não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras. Alterações ao CPC 03 (R2)/IAS 7 e CPC 40 (R1)/IFRS 7 - Acordos de financiamento de fornecedores: Requer evidência para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras. Instituto reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. Em 2023, possuíamos ativos de direitos de uso e passivos de arrendamento dentro do escopo da norma CPC06 (R2).					
<b>6. Créditos diversos:</b>					
		<b>2023</b>	<b>2022</b>		
Valores a Receber (a)		2.097.220	54.417		
Créditos Diversos		659.270	582.778		
Despesas Antecipadas		18.191	35.537		
		<b>2.774.681</b>	<b>672.732</b>		
a. Refere-se a Contas a receber de outras Receitas aferidas pela Unidade, dentre as quais destaca-se a Venda por compartilhamento de informações da folha de pagamento dos colaboradores ao Banco Itaú e valores a receber de Receitas com residências Médicas.					
<b>7. Direito de uso:</b>					
		<b>2023</b>	<b>2022</b>		
Direito de uso		1.257.271	518.171		
<b>Mapa de movimentação do direito de uso</b>					
		<b>2023</b>	<b>2022</b>		
Saldo inicial		518.171	805.867		
Adição		1.002.826	-		
Amortização		(263.726)	(287.696)		
Saldo final		1.257.271	518.171		
<b>8. Imobilizado:</b>					
	<b>Taxas anuais de depreciação</b>		<b>Depreciação Custos acumulada</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Instalações	10%	3.504.414	(721.748)	2.782.667	2.943.714
Móveis e utensílios	10%	1.899.456	(1.184.154)	715.300	806.630
Máquinas e equipamentos médicos	10%	14.908.370	(7.350.872)	7.557.497	8.068.451
Máquinas e equipamentos em geral	10%	1.103.250	(708.138)	395.112	506.568
Veículos	20%	31.300	(31.300)	-	-
<b>Total</b>		<b>21.446.790</b>	<b>(9.996.213)</b>	<b>11.450.577</b>	<b>12.325.363</b>
As movimentações do custo e da depreciação do imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estão demonstradas nos quadros abaixo:					
		<b>Saldo em 31/12/2022</b>		<b>Saldo em 31/12/2023</b>	
<b>Custo</b>					
Instalações		3.504.414	-	-	3.504.414
Móveis e utensílios		1.950.555	9.000	(60.099)	1.899.456
Máquinas e equipamentos médicos		14.066.300	872.848	(30.779)	14.908.370
Máquinas e equipamentos em geral		1.131.607	7.020	(35.377)	1.103.250
Veículos		31.300	-	-	31.300
<b>Total custo</b>		<b>20.684.176</b>	<b>888.868</b>	<b>(126.255)</b>	<b>21.446.790</b>
<b>Depreciação</b>					
Instalações		(560.700)	(161.048)	-	(721.748)
Móveis e utensílios		(1.143.925)	(96.455)	56.226	(1.184.154)
Máquinas e equipamentos médicos		(5.997.850)	(1.375.897)	22.876	(7.350.873)
Máquinas e equipamentos em geral		(625.039)	(109.689)	26.589	(708.138)
Veículos		(31.300)	-	-	(31.300)
<b>Total depreciação</b>		<b>(8.358.814)</b>	<b>(1.743.089)</b>	<b>105.692</b>	<b>(9.996.213)</b>
<b>Saldo líquido</b>		<b>12.325.363</b>	<b>(854.221)</b>	<b>20.563</b>	<b>11.450.577</b>
		<b>Saldo em 31/12/2021</b>		<b>Saldo em 31/12/2022</b>	
<b>Custo</b>					
Instalações		3.504.414	-	-	3.504.414
Móveis e utensílios		1.963.549	10.491	(23.485)	1.950.555
Máquinas e equipamentos médicos		10.103.319	4.046.550	(83.569)	14.066.300
Máquinas e equipamentos em geral		1.127.972	21.213	(17.578)	1.131.607
Veículos		31.300	-	-	31.300
<b>Total custo</b>		<b>16.730.554</b>	<b>4.078.254</b>	<b>(124.632)</b>	<b>20.684.176</b>
<b>Depreciação</b>					
Instalações		(399.652)	(161.048)	-	(560.700)
Móveis e utensílios		(1.064.887)	(97.935)	18.897	(1.143.925)
Máquinas e equipamentos médicos		(4.831.472)	(1.233.637)	67.260	(5.997.849)
Máquinas e equipamentos em geral		(529.641)	(110.063)	14.665	(625.039)
Veículos		(31.300)	-	-	(31.300)
<b>Total depreciação</b>		<b>(6.856.952)</b>	<b>(1.602.683)</b>	<b>100.822</b>	<b>(8.358.813)</b>
<b>Saldo líquido</b>		<b>9.873.602</b>	<b>2.475.571</b>	<b>(23.810)</b>	<b>12.325.363</b>
A depreciação mensal está ocorrendo conforme percentuais descritos em nota explicativa nº 3 (c). Parte dos bens do ativo imobilizado foram adquiridos com recursos não vinculados aos contratos de gestão e, consequentemente não possuem o passivo de subvenção de bens a apropriar em atendimento a CPC 07 (R1) Subvenção e Assistência Governamental (vide nota 15). Os montantes do imobilizado com restrição e sem restrição são apresentados a seguir:					
		<b>2023</b>	<b>2022</b>		
Imobilizado com restrição		7.339.839	7.935.446		
Imobilizado sem restrição		4.110.738	4.416.390		
<b>Total imobilizado</b>		<b>11.450.577</b>	<b>12.325.363</b>		
<b>9. Fornecedores:</b>					
		<b>2023</b>	<b>2022</b>		
Fornecedores nacionais		5.866.867	6.671.937		
Referem-se às obrigações correntes com fornecedores, principalmente de serviços e de materiais hospitalares. <b>10. Arrendamento a pagar:</b>					
		<b>2023</b>	<b>2022</b>		
Saldo inicial		534.720	805.867		
Novo contrato		1.002.826	-		
Principal Pago		(261.778)	(223.870)		
Juros Pagos		(24.027)	(24.089)		
Juros Incorridos		24.027	(23.188)		
<b>Movimentação do Exercício</b>		<b>741.048</b>	<b>(271.147)</b>		
Saldo final		1.275.768	534.720		
Circulante		423.475	232.222		
Não Circulante		852.293	302.498		
		<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>		
<b>Compromissos futuros</b>					
2024		475.036	232.222		
2025		289.066	240.886		
2026		277.077	61.612		
2027		234.589	-		
		<b>1.275.768</b>	<b>534.720</b>		
<b>11. Obrigações trabalhistas:</b>					
		<b>2023</b>	<b>2022</b>		
Provisão para férias e encargos sobre férias		7.000.896	7.186.640		
Salários e ordenados a pagar		430.794	3.567.844		
Contribuições e encargos sociais		1.931.451	2.977.108		
		<b>9.363.141</b>	<b>13.731.592</b>		
		<b>Recursos a Receber 31/12/2022</b>		<b>Recursos de Custeio</b>	
Hospital Geral do Grajaú - Custeio		-	174.374.000	-	-
Hospital Geral do Grajaú - Investimento		-	-	-	-
<b>Total</b>		-	174.374.000	-	-
		<b>Recursos a Receber 31/12/2021</b>		<b>Recursos de Custeio</b>	
Hospital Geral do Grajaú - Custeio		-	165.979.618	-	(165.979.618)
Hospital Geral do Grajaú - Investimento		-	-	300.000	(300.000)
<b>Total</b>		-	165.979.618	300.000	(165.979.618)
continua *					



Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras "carve-out" do Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês		
Unidade Hospital Geral do Grajaú "Professor Liberato John Alphonse Di Dio" (Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)		
19. Receitas com doações:		
Outras receitas com doações em espécie e material (a)	2023 <u>2.175.736</u>	2022 <u>526.845</u>
(a) Doações de materiais e medicamentos de fornecedores, além de doações recebidas de parceiros para manutenção predial. <b>20. Custos com pessoal, medicamentos, materiais e serviços médicos:</b>		
	2023	2022
Pessoal e encargos	(80.279.918)	(74.963.678)
Serviços médicos	(42.201.589)	(36.879.602)
Medicamentos e materiais	(19.191.115)	(17.781.590)
Materiais de consumo	(5.646.844)	(4.972.042)
Higiene e limpeza	(4.637.173)	(4.169.237)
Nutrição	(2.666.561)	(2.937.483)
Lavadeira e rouparia	(2.487.686)	(2.308.570)
	<u>(157.110.887)</u>	<u>(144.012.202)</u>
21. Utilidade pública:		
	2023	2022
Energia elétrica	(1.280.297)	(1.635.502)
Água	(1.597.179)	(1.101.493)
Gás natural	(632.877)	(647.212)
Telecomunicações	(20.076)	(205.765)
Combustíveis e lubrificantes	(200.966)	(20.453)
	<u>(3.731.395)</u>	<u>(3.610.425)</u>
22. Serviços profissionais:		
	2023	2022
Serviços diversos - pessoa jurídica (a)	(6.329.587)	(6.394.009)
Manutenção e conservação	(2.726.109)	(2.151.159)
Suporte em infraestrutura de TI	(1.456.639)	(1.284.967)
Serviços diversos - pessoas jurídicas	(481.415)	-
Auditoria	(163.166)	(132.815)
Consultoria e assessoria	(10.651)	(39.029)
	<u>(11.167.568)</u>	<u>(10.001.979)</u>
(a) Despesas de prestações de serviços executados pelo Instituto (backoffice) para o Hospital Geral do Grajaú de acordo com o termo de cooperação.		
23. Outras (despesas)/receitas operacionais, líquidas:		
	2023	2022
Locação de equipamentos	(2.801.008)	(2.376.609)
Impostos e taxas municipais (a)	(1.269.819)	(1.200.363)
Segurança e vigilância	(285.605)	(276.950)
Inventários nos estoques	(412.822)	(235.868)
Arquivo e guarda de documentos	(206.465)	(182.173)
Uniformes/E.P.I.	(31.926)	(96.163)
Ornamentação e paisagismo	(22.999)	(26.553)
Despesas legais/fiscais/parafiscais	(24.714)	(79.842)
Outras despesas	(85.062)	(20.296)
Outras despesas	<u>(5.113.468)</u>	<u>(4.494.817)</u>
Outras receitas	1.532.754	424.182
Outras receitas	<u>(1.532.754)</u>	<u>424.182</u>
(a) Despesas com Taxas de Lixo (TRSS).		
24. Receitas financeiras, líquidas:		
	2023	2022
Receita de aplicações financeiras	1.656.091	1.506.599
Descontos obtidos	645	20.843
	<u>1.656.736</u>	<u>1.527.442</u>
Outras despesas financeiras	(47.245)	(27.268)
Multas	-	(52)
Juros incorridos	(34.226)	(43.794)
	<u>(81.471)</u>	<u>(71.115)</u>
	<u>1.575.265</u>	<u>1.456.327</u>
25. Instrumentos financeiros: O Instituto opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos, que incluem aplicações financeiras, caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar, salários, férias e encargos, cujos valores são representativos aos respectivos valores de mercado. Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado		

com base na taxa vigente de juros no mercado. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 o Instituto não efetuou operações com derivativos. Em função das características e forma de operação (bem como posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2023 e de 2022), o Instituto não possui operações financeiras com instrumentos financeiros, entretanto, poderá incorrer em riscos relativos a "Risco de crédito e Risco de liquidez". (i) **Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco de que o Instituto irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Instituto na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação do Instituto. O Instituto mantém discussões com os órgãos públicos para garantir sua liquidez, com o Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado da Saúde e Prefeitura Municipal de São Paulo, através da Secretaria Municipal de Saúde, buscando equalizar as obrigações assumidas na gestão do Instituto. **Exposição ao risco de liquidez:** A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira.

31/12/2023 Fluxo de caixa contratuais					
Passivos financeiros não derivativos	Valor Contábil	6 meses ou 06 - 12 meses ou 01 - 02 anos			
		Total	Menos meses	meses	anos
Fornecedores	5.866.867	5.866.867	5.866.867	-	-
Arrendamento a pagar	1.275.768	1.275.768	237.518	237.518	800.732
Outras contas a pagar	28.375	28.375	-	-	-
<b>Total</b>	<b>7.171.010</b>	<b>7.171.010</b>	<b>6.132.760</b>	<b>237.518</b>	<b>800.732</b>

**Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de o Instituto incorrer em perdas decorrentes de um contrato de gestão ou de uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente do contas a receber com a Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo e de instrumentos financeiros, porém o risco é reduzido em função da totalidade dos recursos estarem aplicados em bancos considerados de primeira linha. **Exposição a riscos de crédito:** A seguir, estão os valores contábeis dos ativos financeiros que representam a exposição máxima do crédito, na data das demonstrações financeiras "carve-out" foi:

	Nota	2023	2022
Recursos financeiros vinculados a projetos	4	4.831.537	8.593.182
Outros ativos	6	2.774.681	672.732
<b>Total</b>		<b>7.606.218</b>	<b>9.265.914</b>

**26. Impostos e contribuições: Imposto de renda e contribuição social:** Em virtude de ser uma Entidade sem fins lucrativos, o Instituto goza de imunidade do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com os artigos 150, VI, "c" e 195, § 7º, da Constituição Federal. **PIS e COFINS:** Considerando que o Instituto é Entidade sem fins lucrativos e possui Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social, nos termos exigidos pela Lei Federal nº 12.101/09, goza de imunidade sobre as contribuições sociais, tais como contribuição para o financiamento da Seguridade Social - COFINS e Contribuição PIS/PASEP. **ISS sobre a receita (ISSQN):** O Instituto é uma entidade de saúde, sem fins lucrativos, a qual, nos termos do artigo 150, VI, "c", da Constituição Federal, é imune aos impostos incidentes sobre os seus serviços. Nesse sentido, como entidade imune, deve cumprir todas as obrigações acessórias previstas na legislação municipal de ISS, sobretudo quanto à emissão de nota fiscal na prestação de serviços. A administração obteve a declaração de imunidade da Prefeitura Municipal de São Paulo, sob nº 2023-000885/CR04, para o exercício de 2023. **Renúncia fiscal:** Em atendimento ao item 27, letra "c" da ITG 2002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, de 21 de agosto de 2016, aprovada pela resolução CFC nº 1.409/12, o Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês apresenta a seguir a relação dos tributos, objeto da renúncia fiscal apurada nos exercícios de 2023 e de 2022. O Instituto não possui escrituração fiscal, tal como escrituração do LALUR, em função de sua

natureza de entidade sem fins lucrativos: IRPJ (Imposto de Renda da Pessoa Jurídica); CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido); ISSQN (Imposto sobre Prestação de Serviços de Qualquer Natureza); COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) sobre as receitas próprias; ITCMD (Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de quaisquer bens ou direitos). O Instituto apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022. Para isso, em nosso julgamento, consideramos os seguintes impostos e contribuições e respectivas alíquotas, ressaltando que trata-se de divulgação de renúncia fiscal abrangendo os principais impostos e contribuições em função do Instituto não possuir escrituração fiscal, tal como, escrituração do LALUR, em função de sua natureza de entidade sem fins lucrativos. Em atendimento ao disposto na alínea "d", inciso IX do artigo 169 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 2017, informamos o montante estimado dos benefícios fiscais usufruídos, aplicado sobre os contratos de gestão Estadual e Municipal. Muito embora existe orientação disposta no parecer nº 223/2013/EHSN/COLEGIS/COGEAJUR/CONJUR-MS/CGU/AGU, desconsiderando estas rubricas da base de cálculo, assim como as receitas com doações, receitas com locações de espaços, repasses mantenedora e reembolsos de despesas, por não representarem prestação de serviço em saúde, adicionalmente informamos abaixo o cálculo como se devido fosse.

	2023	2022
Receita dos contratos de gestão - Estadual	<u>174.374.000</u>	<u>167.234.130</u>
ISS 2%	3.487.480	3.344.683
PIS 0,65%	1.133.431	1.087.022
COFINS 3%	5.231.220	5.017.024
	<u>9.852.131</u>	<u>9.448.729</u>
Superávit do exercício	1.906.276	5.478.793
IRPJ e CSLL 34%	648.134	1.862.790
Receita com doações	2.175.736	526.844
<b>Total da estimativa de isenção - ITCMD (4%)</b>	<b>87.029</b>	<b>21.074</b>
<b>Total das estimativas e principais renúncias</b>	<b>10.587.294</b>	<b>11.332.593</b>

**27. Isenção de INSS cota patronal:** Em 18 de setembro de 2023, foi publicado no Diário Oficial da União (DOU) nº 180, deferimento de Renovação do CEBAS do Instituto de Responsabilidade Social-Sírio Libanês, com sede em São Paulo (SP); O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições; Considerando a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficiárias de assistência social e em seu § 2º do artigo 40 determina aos requerimentos de concessão ou de renovação de certificação pendentes de decisão na data de publicação desta Lei Complementar, aplicar as regras e as condições vigentes à época de seu protocolo; Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde; Considerando a competência prevista no artigo 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e Considerando o Parecer Técnico nº 266/2023 - CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.138728/2021-77, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes nas legislações pertinentes, resolve: Artigo 1º - Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela aplicação do percentual de 20% (vinte por cento) da receita efetivamente recebida da prestação de serviços de saúde em gratuidade, do Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês, CNPJ nº 09.538.688/0001-32, com sede em São Paulo (SP). Parágrafo Único. A Renovação tem validade pelo período de 21 de setembro de 2021 a 20 de setembro de 2024. Em atendimento ao disposto na alínea "d", inciso IX do artigo 169 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 2017, informamos o montante estimado dos benefícios fiscais usufruídos para os exercícios a seguir. Para isso, em nosso julgamento, consideramos as contribuições de INSS do ano de 2023 e 2022 e as respectivas alíquotas, ressaltando que trata-se de divulgação de renúncia fiscal abrangendo as contribuições de INSS (cota patronal), em função do Instituto não possuir escrituração fiscal, em função de sua natureza de entidade sem fins lucrativos:

	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal e encargos	80.279.918	74.963.678
<b>Total da estimativa de isenção (Consolidado)</b>	<b>21.804.026</b>	<b>20.360.135</b>
<b>- INSS cota patronal (27,16%)</b>	<b>21.804.026</b>	<b>20.360.135</b>

Shirley Chohfi Cury Zarzur  
Presidente do conselho de administração do Instituto

Carolina Lastra  
Diretora Executiva

Cláudio Augusto Generoso  
Gerente Financeiro e Contábil

Rildo Ancigan de Siqueira  
Contador - CRC 1PE020957/O-0 'T' SP

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras "carve-out"**

Aos Conselheiros e Diretores do Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês, gestor do Hospital Geral do Grajaú - São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras "carve-out" do Hospital Geral do Grajaú ("Entidade") filial do Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês ("Instituto"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras "carve-out" acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Hospital Geral do Grajaú em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002 (R1)). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras "carve-out". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase - Base de elaboração dos demonstrativos e restrição sobre distribuição e uso:** Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2 que descreve a base de elaboração das demonstrações financeiras "carve-out". As demonstrações financeiras "carve-out" foram elaboradas pela diretoria do Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês com o propósito específico de serem utilizadas no processo de prestação de contas com a Secretaria Estadual da Saúde. Consequentemente, os demonstrativos podem não ser adequados para outras finalidades. Nosso relatório destina-se exclusivamente para a utilização e informação no processo de prestação de contas com a Secretaria Estadual de Saúde identificados pelo Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês e não deve ser distribuído ou utilizado por outras partes que não o do

toria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras "carve-out" ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras "carve-out", inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras "carve-out" representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 12 de abril de 2024.

**ERNST & YOUNG**  
**Auditores Independentes S/S Ltda.**  
CRC-SP034519/O  
**Fabio Henrique Rotani Fonseca**  
Contador - CRC-SP292795/O

